



“#PORQUEEU?”: ANÁLISE DISCURSIVA-CRÍTICA DE REPRESENTAÇÕES RACISTAS ORIENTADORAS DE ABORDAGENS POLICIAIS



“#PORQUEEU?”: A DISCURSIVE-CRITICAL ANALYSIS OF RACIST REPRESENTATIONS WHICH GUIDED POLICE OPERATIONAL PROCEDURES

Hellyel Fontes OLIVEIRA
Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Alexandra Bittencourt de CARVALHO
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AUTORIA
RECEBIDO EM 16/01/2023 • APROVADO EM 25/09/2023
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v12i2.707>

Resumo

Este artigo analisa, discursiva e criticamente, as representações discursivas que orientam abordagens policiais, em relatos nos *posts* de divulgação da campanha #PorQueEu? no Instagram. Para tanto, apropriamo-nos da Teoria Social do Discurso (Fairclough, 2016 [1992]) e de teorias sociais que abordam a filtragem racial (Anuniação; Trad; Ferreira, 2020; Pinc, 2014). Tendo como método o modelo tridimensional do discurso de Fairclough (2016 [1992]), analisamos e descrevemos os fenômenos linguísticos e as categorias macrossemânticas identificadas nos relatos, interpretamos discursivamente os

dados para, enfim, explanarmos criticamente sobre as ideologias raciais ali operadas. Observamos que as abordagens policiais são estimuladas pela identidade racial e potencializadas pelas representações racistas, produzidas por policiais, a partir da faixa etária, do potencial de consumo e do espaço urbano em que corpos negros circulam.

Abstract

The following paper analyzes, discursively and critically, the discursive representations that guide police operational procedures based on reports available at Instagram posts promoting the #PorQueEu? (WhyMe) campaign. To do so, we used Social Discourse Theory (Fairclough, 2016 [1992]) and other social theories that approach racial profiling (Anuniação; Trad; Ferreira, 2020; Pinc, 2014). Fairclough's (2016 [1992]), tridimensional discourse model was employed for our methodology, where we analyzed and described the linguistic phenomena and the macro-semantic categories identified in the reports while interpreting the data discursively to, finally, critically discuss the racial ideologies employed. We noticed that the police's operational procedures are stimulated by racial identity and intensified by racist representations made by police officers based on age range, by purchase power and the urban spaces where black bodies transit.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Análise do Discurso Crítica. Teoria Social do Discurso. Abordagens policiais racistas. Ativismo digital.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Social Discourse Theory. Racist police operational procedures. Digital activism.

Texto integral

Introdução

Considerando o problema social parcialmente discursivo da violência racista em abordagens policiais, localizamos a mobilização realizada pela campanha #PorQueEu?, uma parceria entre o Data_Labe (Laboratório de Dados e Narrativas na Favela da Maré) e o IDDD (Instituto de Defesa do Direito à Defesa), como uma forma de materialização sociodiscursiva de relações de poder, de lutas, de conflitos e de resistências.

Veiculada com maior intensidade no Instagram durante o mês de maio de 2021, a campanha parte da tese de que o padrão de abordagens policiais no Brasil é um problema racial. Uma vez que não existem protocolos institucionais oficiais e objetivos que as orientem, os fenótipos e genótipos historicamente marginalizados e criminalizados tornam-se os principais critérios para as abordagens, emergindo o racismo. Por meio de uma consulta *online*, a campanha pretendeu gerar dados sobre as ocorrências de atos e práticas racistas em abordagens policiais, os quais serão analisados e se tornarão objeto de debate público, de elaboração de políticas e de mecanismos que combatam o racismo estrutural e institucional.

Partindo disso, o objetivo do estudo é analisar, discursiva e criticamente, a partir do modelo teórico e metodológico da Teoria Social do Discurso (Fairclough, 2016 [1992]), as representações discursivas e racistas sobre pessoas negras que

sofrem abordagens policiais, a partir de textos de comentários de leitores nos *posts* de divulgação da campanha no Instagram. Os objetivos específicos são: (i) apresentar o contexto sócio-histórico e político brasileiro que condicionou a produção da #PorQueEu?, veiculada no Instagram; (ii) identificar e analisar as temáticas sobre os atos e as práticas racistas em abordagens policiais constituídas discursivamente nos relatos; (iii) explanar criticamente sobre as relações de poder calcadas em ideologias e hegemonias coloniais e racistas dos relatos nos *posts* divulgados no Instagram.

Na primeira seção, discorreremos sobre os pressupostos teóricos que darão embasamento à nossa análise, quais sejam: aspectos teóricos da Teoria Social do Discurso proposta por Fairclough (2016 [1992]), bem como o Modelo Tridimensional de Análise do Discurso. Em seguida, na segunda seção, demonstramos não só um histórico sobre a escravidão e as formas de dominação sobre os negros durante o período escravocrata, mas também buscamos evidenciar a iterabilidade de atos e práticas racistas em nosso tempo, em decorrência de processos históricos, culturais, econômicos e políticos.

Ademais, apresentamos os procedimentos metodológicos empreendidos neste trabalho. Na quarta seção, a partir das categorias macrossemânticas, nos empenhamos na análise discursiva e crítica, composta da descrição de recorrências linguísticas, na interpretação da prática discursiva e na explanação teórica da prática social, apontando o racismo que orienta as abordagens policiais, tendo como base as teorias sociais sobre filtragem racial (Anuniação; Trad; Ferreira, 2020) e fundada suspeita (Pinc, 2014). Na última seção, por sua vez, projetamos reflexões gerais sobre o trabalho, sobre as descobertas, possibilidades de pesquisa e discussão futuras.

Teoria Social do Discurso

Os estudos discursivos críticos se constituem de diferentes abordagens teórico-metodológicas para o estudo da linguagem como prática social. Uma dessas abordagens é a Teoria Social do Discurso (TSD), na qual Fairclough (2016 [1992]) estabelece relações entre linguagem, sociedade e assimetrias de poder para explicar discursivamente a vida social e a maneira como se constitui e é constituída. Para tanto, se articula às teorias sociais críticas, aos estudos sobre ideologias (Thompson, 1995) e às discussões sobre relações de poder e lutas hegemônicas na sociedade (Laclau; Mouffe, 1987).

É a partir, portanto, da relação estabelecida entre elementos semióticos e sociais que o conceito de “discurso” ganha centralidade na teoria, pois é “ao mesmo tempo, ligado aos estudos da linguagem e a diversos avanços das ciências sociais” (Vieira; Resende, 2016, p. 14), em um diálogo que confere um caráter transdisciplinar à teoria. Fairclough (2016 [1992]) admite a transdisciplinaridade como uma prática científica que operacionaliza princípios e categorias de teorias sociais críticas e da linguística sistêmico-funcional em favor de uma teoria discursiva-crítica.

Para Fairclough (2016 [1992]), o discurso relaciona-se dialeticamente com a estrutura social, sendo moldado e restringido por ela, mas também a constituindo, o que nos possibilita dizer que pode representar, recriar,

restabelecer, ressignificar e reconstruir estruturas sociais. Sob essa concepção, a TSD abre espaço para o estudo da mudança social, uma vez que o caráter construtivo do discurso é capaz de articular, rearticular e desarticular estruturas sociais, estabelecendo mudanças que podem afetar ou iterar relações de poder assimétricas. Além disso, podemos analisar o caráter construtivo do discurso apontado por Fairclough (2016 [1992]) como a possibilidade de construir identidades sociais e posições de sujeito, relações entre pessoas e sistemas de conhecimento e crença. Cada um desses três efeitos construtivos corresponde às três funções da linguagem, segundo Carvalho (2018, p. 8): “identitária — como as identidades pessoais são estabelecidas; relacional — como as relações sociais são negociadas; e ideacional — como os textos significam o mundo”.

Na Teoria Social do Discurso, discurso é prática política e ideológica, isto é, uma forma de ação no mundo e de construção de sentidos, podendo manter ou transformar as estruturas e as relações sociais:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (Fairclough, 2016 [1992], p. 98).

Assim, a prática ideológica nos orienta a questionar, para fins de investigação, quais sentidos são mobilizados e construídos, considerando as relações de poder constituídas e produzidas nos relatos retirados dos *posts* de divulgação da campanha #PorQueEu? no Instagram. A prática política, por sua vez, nos leva a analisar como esses relatos contribuem para manutenção ou para transformação dessas relações, e se são capazes ou não de transformar as práticas institucionais racistas das corporações policiais.

Modelo tridimensional de análise do discurso

Objetivando analisar as relações dialéticas entre poder e linguagem, Fairclough (2016 [1992]) propõe sistematicamente um método multifuncional de análise do discurso, o qual consiste em um quadro analítico tridimensional, cujo foco está no que Resende e Ramalho (2004, p. 185) apontam como “a centralidade do discurso como prática dominante da análise”. Tomando o discurso como uma prática social, ou seja, como representação e ação sobre o mundo e sobre as pessoas, o modelo propõe que o discurso seja constituído por três dimensões distintas e interdependentes (ver Figura 1): “Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente como um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social.” (Fairclough, 2016 [1992], p. 22).

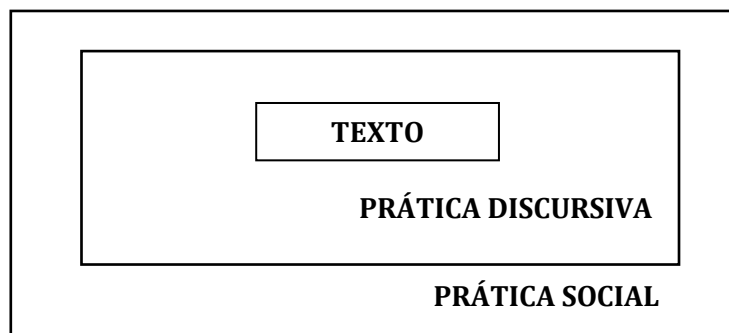


Figura 1 - Modelo tridimensional de Análise do Discurso.
Fonte: Fairclough (2016 [1992], p. 105).

Assim, o modelo pretende dar conta de analisar as mudanças sociais não só pelo viés da linguagem (elementos linguísticos), mas também por meio das mudanças nas práticas de linguagem (elementos discursivos) e pelos movimentos e ações sócio-histórico-culturais (contra)hegemônicos (elementos sociais), de modo que as três instâncias estão amparadas na tradição da análise textual e linguística, da análise micro e macrosociológica, indispensáveis para a análise discursiva (Fairclough, 2016 [1992]).

Metodologicamente, a análise se realiza por três procedimentos: a análise da dimensão textual, a partir da “descrição” dos elementos linguísticos potencialmente discursivos; a análise das dimensões da prática discursiva, por meio da “interpretação” das esferas de produção, consumo e distribuição; análise da prática social, a partir da “explanação” crítica das ideologias e hegemonias operacionalizadas no fato social. Para Ribeiro (2020, p. 25), há um estreitamento das estruturas textuais com elementos e processos discursivos e “ações e interações sociais situadas em uma determinada conjuntura ideológica e hegemônica”, revelando sentidos mais amplos do evento discursivo.

A escravidão, a trajetória do negro e a iterabilidade das violências raciais

A estigmatização e a violência sobre corpos negros foram proporcionadas por um sistema mundo-moderno constituído pela racialização, histórica, cultural, política e ideologicamente construída sobre dualismos entre Senhor X Escravos, o que Maldonado-Torres (2018) denomina de *tragédia metafísica*, sob a qual brancos e negros se constituem, respectivamente, como valorizados e desvalorizados, evoluídos e não evoluídos, privilegiados e não privilegiados, dominantes e dominados, fortes e fracos, merecedores e não merecedores, a qual foi inscrita em ideais econômico-expansionistas e religiosos que se perpetuaram e se fizeram sentir por meio do medo, da sujeição e da violência através dos séculos.

Mesmo sob toda desigualdade de um sistema colonialista estruturado e em pleno funcionamento, é possível encontrar, todavia, espaços de luta, de resistência, de criatividade e de ações contra-hegemônicas. De acordo com Schwarcz e Starling (2018, p. 97-98), os negros escravizados “jamais abriram mão de serem agentes e senhores de suas vidas. Em primeiro lugar, criaram entre si laços de afeição, associações religiosas e sociais, e redes”. Também não deixaram de reagir com

mais veemência às violências, “sendo frequentes as fugas — individuais e em massa —, os assassinatos de feitores e senhores, e as insurreições organizadas”.

A partir da segunda metade do século XIX, com os movimentos abolicionistas e com o republicanismo incipiente, observamos mobilizações políticas e governamentais como a Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) e, finalmente, a Lei Áurea (1888), que extinguiu o regime escravista legal no país. Porém, se, por um lado, o século XIX foi o século da liberdade dos negros no Brasil e em outros países da América e da Europa, de acordo com Sant’Ana (2005, p. 47); por outro, foi o século da “consolidação das doutrinas racistas”. Por exemplo, segundo o mesmo pensador, Arthur de Gobineau produziu um “Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas: Raça Branca, Amarela e Negra”, em 1815. No documento, Gobineau defendia, entre outras coisas, que “se o poder permanecesse nas mãos dos albinos e mediterrâneos [africanos], a humanidade voltaria à barbárie” (Sant’Ana, 2005, p. 47).

Atrelado ao jogo político, econômico, histórico e cultural, o racismo foi corroborado pelo pensamento científico, que defendia a supremacia dos brancos sobre os negros. Diante disso, algumas teorias racistas surgiram, como a “poligenia” e o “darwinismo social”, sendo que algumas encontraram terreno para desenvolvimento no país, enquanto outras tiveram seus pressupostos suplantados pela realidade local, como aponta Skidmore (2012). Foram essas teorias que, nos finais do século XIX e no início do século XX, inculcaram no pensamento social “a incapacidade do negro para o exercício da cidadania” (Calazans, *et al.*, 2016, p. 451), relegando-os às periferias e às marginalizações sociais, culturais, econômicas e políticas. A partir desse contexto foi

que a questão racial se transmutou em questão social, ou seja, falar sobre a questão racial era [e continua sendo] tratar da pobreza, da classe social, dos excluídos, sem considerar o impacto do racismo na reprodução dos lugares sociais de subalternidade econômica, política e social [...]. (Calazans, *et al.*, 2016, p. 451)

Percebemos, neste momento, uma mudança nas práticas de violência: se antes eram materializadas em chicotes, troncos, correntes e sessões de tortura, hoje estão incrustadas nos sistemas de poder do Estado e das instituições, dominados por uma elite conservadora e branca do país sob controles e regulações precisos, remetendo-nos à noção de “biopoder” de Michel Foucault (1976). Segundo Mbembe (2016, p. 128), nesse contexto, a função do racismo, considerado como “tecnologia” que viabiliza o biopoder, “é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado”. Assim, as formas de poder e de violência sobre o corpo negro se complexificaram por meio das relações entre economia, política, estruturas sociais, sistema de justiça, forças armadas, entre outros, sistemas que exercem constante ação e vigilância, bem como promovem uma “destruição organizada” desses corpos (Mbembe, 2017, p. 65).

Por fim, trazemos à tona a iterabilidade das violências e dores dos povos negros na contemporaneidade, subjugados pelos sistemas de poder, pelas instituições e pela sociedade. Segundo dados do Anuário de Segurança Pública (2021), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os negros são as maiores

vítimas de mortes violentas intencionais: entre 2005 e 2020, houve um aumento de 333,1% da população negra encarcerada, enquanto o número de brancos encarcerados cresceu 13,5% no mesmo período. Além disso, de acordo com Neder (2020), a taxa de desemprego entre negros é 71% maior do que entre brancos. Bermúdez (2020) ainda afirma que a taxa de analfabetismo entre negros é três vezes maior que entre brancos, o que revela a atuação das políticas de Estado de forma criminalizadora, ou seja, este é um agente que opera na naturalização das condições históricas, das estruturas sociais e econômicas de submissão e assujeitamento do corpo negro.

Mota e Damasceno (2021), analisando dados da Rede Observatório de Segurança de 2019, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, aponta que a estimativa de efetividade nas abordagens policiais é de menos de 1%. Isso significa, por exemplo, que dos 15 milhões de abordagens registradas pelo Governo do Estado de São Paulo, em 2019, menos de 1% gerou prisões em flagrante, revelando a falta de protocolos institucionais e a repetida recorrência da violência racial pelos poderes do Estado a partir da arbitrariedade policial e da filtragem racial.

É sob tal conjuntura que o presente artigo se insere. A violência estatal, como forma institucionalizada de práticas racistas, opera nas práticas particulares de abordagens policiais. Para efeitos de análise, em seguida, demonstraremos os procedimentos metodológicos que adotamos para analisar os eventos discursivos coletados e as práticas discursiva e social que são temas deste trabalho.

Metodologia

A pesquisa empreendida neste trabalho tem caráter documental, tendo como material empírico e analítico comentários/textos produzidos em *posts* da rede social Instagram, sendo, portanto, “dados de natureza *formal*” (Vieira; Resende, 2016, p. 95). Ela se caracteriza como qualitativa, o que, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), significa “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”, a partir das quais podemos entender, descrever e interpretá-lo (Vieira; Resende, 2016). Dessa forma, apropriamo-nos das contribuições teóricas da Análise do Discurso Crítica, especificamente da Teoria Social do Discurso (Fairclough, 2016 [1992]).

A constituição do *corpus* levou em consideração o que Tavares e Resende (2021) afirmam ser uma necessidade nos estudos discursivos críticos: a coerência entre ontologia, epistemologia e metodologia. A ontologia da pesquisa se insere na concepção realista-crítica de um mundo estratificado e aberto, com três estratos: o potencial, no qual poderes e mecanismos da estrutura social coexistem; o realizado, onde tais poderes são ativados, levando em consideração o sistema posição-prática; e o empírico, estrato no qual as experiências são realizadas (Bhaskar, 1998). Os componentes ontológicos, desse modo, se inserem nos estratos potencial e realizado enquanto o epistemológico, no empírico. Discursivamente, o primeiro é visto como um potencial semiótico que é operado no segundo em forma de práticas discursivas instanciadas nos eventos, ou seja, nos textos que, em nosso estudo, problematizam o racismo das abordagens policiais

(Vieira; Resende, 2016). Assim sendo, o desenho ontológico e epistemológico do artigo é configurado da seguinte maneira:

ESTRATO DO POTENCIAL	mecanismos e poderes que reproduzem o racismo estrutural	ONTOLÓGICO
ESTRATO DO REALIZADO	mecanismos e poderes racistas operados em práticas sociodiscursivas de abordagens policiais	ONTOLÓGICO
ESTRATO DO EMPÍRICO	relatos de resistência da #PorQueEu?	EPISTEMOLÓGICO

Quadro 1 - Desenho epistemológico e ontológico da pesquisa.

Em relação à constituição da amostra discursiva, este trabalho conta com 06 comentários-relatos coletados em *posts* de personalidades negras brasileiras no Instagram durante a divulgação da campanha #PorQueEu?, de cunho ativista antirracista. A coleta de dados iniciou-se no mês de maio de 2021 e teve seu fim em setembro do mesmo ano.

A sistematização analítica da amostra, por sua vez, se deu a partir de categorias macrossemânticas elaboradas pelas recorrências de temas identificados nos relatos colhidos. Assim, houve a identificação de três categorias, dos quais foram selecionados os eventos discursivos mais representativos de cada uma para serem descritos, interpretados e explanados criticamente. O quadro a seguir é uma sistematização dessas categorias, seus significados e perguntas que orientaram a análise:

Identificação	Tema	Categoria macrossemântica	Significado	Perguntas
(i)	Propriedade	<i>A relação direta entre pessoas negras e criminalidade a partir da posse</i>	Situações em que negros são abordados por policiais ao serem vistos manuseando, carregando ou portando algum bem material.	Por que negros não podem ser vistos portando algo de valor? Quais construções ideológicas dão suporte a isso?
(ii)	Geração	<i>A relação direta entre pessoas negras e criminalidade a</i>	Situações em que negros são considerados potenciais criminosos a partir da faixa etária (juventude) e de seus	Quais as características fenotípicas e/ou estéticas que provocam (ou

		<i>partir da geração</i>	aspectos físicos.	não) abordagens mais frequentes?
(iii)	Lugar	<i>A relação direta entre pessoas negras e criminalidade a partir do lugar</i>	Lugares frequentados por pessoas negras que estimulam abordagens e ações policiais mais ou menos violentas.	Quais lugares são passíveis de ocorrer ações mais violentas? O que pode definir, nesses lugares, o grau de violência?

Quadro 2 - Categorias macrossemânticas.

Tendo isso em vista, na seção a seguir, faremos a análise discursiva e crítica dos fenômenos ideológicos e hegemônicos que permeiam o problema social por nós identificado.

Análise

Analisar a prática discursiva significa aproximar os textos do contexto direto e particular no qual foram produzidos, segundo Carvalho (2018). Especificamente, há aqui um contexto de luta, revolta e resistência que pretende desestabilizar e desarticular as estruturas sociais, institucionais e as relações de poder raciais a partir de ações criativas, tendo como pano de fundo a internet e as redes sociais. A iterabilidade das violências sofridas pelas populações negras no Brasil ganha visibilidade por meio de mobilizações de ativistas, em sua maioria jovens, que usam “suas redes, as redes em que eles vivem e se expressam” (Castells, 2012, p. 32).

Observamos, assim, várias manifestações de repúdio ao racismo difundidas pelas redes sociais *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* via engajamento coletivo. Podemos citar, por exemplo, em nível global, o movimento de resistência *#BlackLivesMatter*: criado em 2013 por Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi, a *hashtag* ganhou novamente proporções colossais após o assassinato de Floyd em 2020. Não diferentemente, no Brasil, tivemos o surgimento da *#PorQueEu?*, uma campanha realizada pelo Laboratório de Dados e Narrativas na Favela da Maré (Data_Labe) e pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) que, após a intensificação dos debates públicos em torno das já citadas atitudes racistas violentas que aconteceram nacional e internacionalmente, foi veiculada no *Twitter* e no *Instagram* durante o mês de maio de 2021, mês em que é lembrada a abolição da escravidão legal no Brasil, propondo-nos uma nova forma de organização coletiva. Segundo Alcântara (2016, p. 319), esse tipo de ação coloca “em pauta seus objetivos e reivindicações para a sociedade e para o Estado”, propondo uma ‘ação coletiva’ e de ‘confronto político”.

No perfil do Data_Labe, a primeira publicação foi feita no dia 03 de maio de 2021. A imagem de divulgação traz um jovem negro e a *hashtag* da campanha, bem como a temática “racismo nas abordagens policiais” em um fundo azul e vermelho.

A legenda coloca em primeiro plano uma simulação de abordagem (“Ei, você! Não tá com droga aí não, né?”), despertando a curiosidade em seus seguidores, pois se desenvolve a partir de uma estrutura dialógica: “Mas você já se perguntou por que sempre leva dura da polícia?”.

O sucesso da campanha #BlackLivesMatter e, especificamente, a campanha #PorQueEu? no Instagram, pode estar associado, primeiramente, à construção de uma rede de indignação, solidariedade, de luta por justiça e por mudança, cuja circulação ampla e massiva foi proporcionada pelo uso da *hashtag* (#), estabelecendo uma comunicação autônoma (Castells, 2012), “livre do poder de controle institucional” (Alcântara, 2015, p. 87).

Outro fator de evidência da campanha pode estar associado à *hashtag*¹ como elemento tecnodiscursivo. De acordo com Paveau (2021, p. 223-224), esse elemento possui uma função “essencialmente social, permitindo a afiliação difusa [...] dos usuários”, bem como “permite a criação de um fio” temporal, temático e discursivo engajado. Husson (2017, § 48, *apud* Paveau, 2021, p. 233) ainda corrobora o ativismo social das *hashtags*, uma vez que “permitem verdadeiramente categorizar indivíduos, atos, e discursos em função de critérios axiológicos e ideológicos; elas servem também para construir ou reforçar uma análise da opressão sistêmica vivida pelos grupos minorizados”.

No que diz respeito ao consumo dos textos, podemos citar os expressivos números de reações por parte dos internautas de diversos gêneros e classes sociais, etnia/raça e faixas etárias. Especificamente na publicação da sambista Teresa Cristina, foram cerca de 38 mil reações “curtir” e aproximadamente 850 comentários. Por trás desses números, existem sujeitos constituídos sócio-histórica e ideologicamente que ampliam discursivamente (Paveau, 2021) e reagem sociodiscursivamente comentando (Gomes; Carvalho, 2020) o texto inicial, seja reafirmando, refutando, naturalizando, desnaturalizando, rearticulando ou desarticulando relações de poder e complexos ideológicos hegemônicos, evidenciando a importância de movimentos ativistas coletivos *online* para alcançar a mudança social.

Para Paveau (2021, p. 106), comentários são “textos segundos, são coextensivos ao texto primeiro” e, para nós, constituirá nosso *corpus* de análise, na tentativa de, em uma ação político-discursiva, debater sobre as ações policiais racistas e violentas contra os negros no Brasil a partir da perspectiva das ciências sociais críticas e da Teoria Social do Discurso.

Partindo, pois, da prática discursiva, apresentamos a análise discursiva-crítica dos textos coletados das publicações de divulgação da campanha #PorQueEu? no Instagram, conforme consta na metodologia. A partir da descrição dos aspectos textuais, serão realizadas a interpretação discursiva e a explicação

¹ Paveau (2021) define a *hashtag* (#) como um elemento tecnolinguageiro clicável e predominantemente utilizado nas redes sociais, o qual possibilita que sujeitos acessem um conjunto de enunciados circulantes que contêm o segmento “#”. Além disso, propõe que é um recurso dotado de função social, permitindo que usuários das redes possam afiliar-se endemicamente a discursos de forma rápida e difusa. Não obstante, aponta que as *hashtags* possuem valor pragmático, funcionando como “chamadas aos pré-discursos de ordem argumentativa” (Paveau, 2021, p. 233). Dessa forma, a *hashtag* se apresenta como um elemento essencial para que discursos veiculados em redes sociais ganhem mais amplitude, visibilidade e potencial discursivo.

crítica dos eventos discursivos referentes ao problema social identificado por este trabalho, defenderemos a tese de que as práticas racistas em ações e abordagens policiais são motivadas a partir das representações que os policiais criam em relação às pessoas negras, naturalizando-as como criminosas, reproduzindo sistemas de crença, de poder e estruturas sociais.

A fim de atingir os objetivos deste trabalho, a tarefa analítica dos eventos discursivos será subdividida, respectivamente, pelas categorias macrossemânticas (i), (ii) e (iii), descritas na metodologia. Tendo isso em vista, para cada uma, utilizaremos dois comentários considerados representativos dos temas “propriedade”, “geração” e “lugar”.

Representações produzidas por policiais em relação às pessoas negras abordadas

(i) A relação direta entre pessoas negras e criminalidade a partir da posse/propriedade

Nesta primeira categoria macrossemântica, observamos como policiais constroem representações de pessoas negras no momento da abordagem a partir da posse de algum bem material, promovendo-as a suspeitas e a criminosas em potencial, bem como reproduzindo complexos ideológicos sociohistoricamente construídos, conforme o relato 1:

*1. Eu já! Passei por uma situação constrangedora no ônibus onde eu fui o único revistado e o policial ainda pediu para eu falar o meu número de telefone, fez uma ligação para o meu celular para ter a certeza que o telefone que eu estava no bolso era o meu. Estava indo da faculdade para a minha casa depois de um dia cansativo de trabalho, acabei cochilando no ônibus e acordei com o policial entrando no ônibus, trabalho com serigrafia **aí eu tive que explicar pq estava carregando na minha mochila um notebook e tintas.***

O relato acima demonstra a forma como os policiais duvidam da posse de pertences de pessoas negras. No primeiro trecho em destaque, observamos que um policial propõe uma ação direta para confirmar se o telefone era da pessoa que relata, a partir de um processo material instanciado por “fez” e sua meta, por “ligação para meu celular”. Isso é confirmado linguisticamente a partir de um circunstanciador “para” que, para além de uma finalidade, realça poderes de estruturas sociais racistas que, ativadas na prática, instanciam a naturalização de que um corpo negro não possua tal mercadoria.

De acordo com Ramalho e Resende (2016, p. 125), no “*realce*, uma oração destaca o significado de outra”, cujo propósito era, pois, ter a “certeza” de que aquela mercadoria “celular” era realmente do relatante. Ainda, no segundo trecho em destaque, é possível apontar o processo verbal “explicar” com um suporte “tive”, que, operacionalizados por um dizente “eu”, estabelece uma estrutura retórica de diálogo entre policial e uma pessoa negra abordada, na qual a última deve obrigatoriamente provar a posse de seus pertences.

O que percebemos no relato é que, de fato, pessoas negras não são legitimadas como possíveis consumidores, mas sim como potenciais usurpadores, reafirmando o efeito ideológico da representação de que pessoas negras são criminosas. Desse modo, estabelece-se como prática “o processo de filtragem racial ou racial profiling”, considerado como uma ação “tendenciosa” e arbitrária de identificação de possíveis criminosos durante uma abordagem policial (Anuniação; Trad; Ferreira, 2020, p. 3).

Não diferentemente, destacamos um episódio similar ao anterior no relato a seguir:

2. *Já passei por inúmeras abordagens escrotas e sem sentido nenhum... Estava esperando uma bike do itau para destravar ir para casa e os policiais me deram uma dura daquelas gigantes... Eu só queria ir pra casa... **Comprei um carro importado** e fui dar uma volta nele, **dois PM's me pararam**, disseram que depois de ter verificado tudo e não encontrado nada, **me algemaram, me meteram na viatura e me levaram pra delegacia...** Na delegacia, o Delegado viu que era racismo, fiz um BO contra os policiais e pasmem: NÃO DEU EM NADA!*

Nesse excerto, o item “por inúmeras” demonstra a iterabilidade das abordagens policiais avaliadas negativamente por “escrotas” e “sem sentido nenhum”. Vemos que a relatante escolhe o processo material “comprei”, indicando uma ação que coloca tanto como realidade a posse de um carro por uma pessoa negra, quanto a posse de uma propriedade particular atribuída como “importado”, desconstruindo a relação direta entre pessoas negras e criminalidade a partir da posse. Em oposição, apresentam-se dois atores “PM’s” que, colocando em ação os processos materiais “pararam”, “meteram” e “algemaram”, reforçam as ações e sentidos sociais sobre as pessoas negras construídas histórica e culturalmente, mesmo “depois de ter verificado tudo e não encontrado nada”. Tal circunstância temporal, idealmente, seria a comprovação de uma inocência, reafirmando, assim, uma representação racista de pessoas negras como potenciais criminosos, deslegitimando a posse de um carro importado por uma pessoa negra e justificando as ações violentas dos policiais em abordagens.

Nogueira (1998, p. 34), refletindo sobre o lugar do negro na sociedade, argumenta que, durante toda a escravidão, os corpos negros foram taxados como coisas ou, segundo Mbembe (2017, p. 77), “corpos-coisa” e “carne-coisa”, bem como peças a serem vendidas e consumidas. Essa objetificação do corpo negro durante um longo período histórico, segundo a pesquisadora, impõe “um obstáculo à construção da individualidade social”, fazendo com que o negro tenha seu processo de humanização e de “tornar-se indivíduo” comprometidos. Vemos, assim, em ambos os relatos, corpos negros sendo desumanizados e criminalizados por meio da ação policial. Isso implica a concepção de que os processos de se tornar humano e potencial consumidor não são reconhecidos, reforçando as estruturas e ideologias sociais que colocam o negro como incapaz de possuir algo pela força do seu trabalho.

(ii) A relação direta entre pessoas negras e criminalidade a partir da geração

Policiais reproduzem sistemas de poder e dominação sobre os corpos negros a partir da identificação de características físicas e estéticas predominantes, representando-os como mais suspeitos e perigosos durante a juventude, conforme o relato 3:

3. ***Quando mais jovem tomava vários, agora depois de velho, sai um pouco do padrão de perseguição. Mas levei uma dura recentemente, quando parei pra fazer umas fotos de um lindo por do sol. Mas foi tranquilo, até pq hoje em dia minha postura é outra. Não se deixem intimidar. Saibam dos seus direitos e deveres. #porqueeu***

No excerto acima, o comentarista utiliza o circunstanciador temporal “Quando mais jovem” para marcar a identidade geracional “jovem” como potencialmente suspeita e como alvo do processo material “tomava”, que está na voz passiva, ocultando o agente policial da ação, bem como a ação violenta (abordagem policial). Em seguida, revela, por meio do circunstanciador temporal e de uma contraposição oculta estabelecidos por “depois de velho” e “agora”, respectivamente, a iterabilidade da violência policial e institucional durante a vida da pessoa negra. Dessa forma, evidencia-se, no relato, que determinados momentos da vida de uma pessoa negra podem ser mais ou menos violentos, hierarquicamente, dependendo de suas características físicas. Os marcadores temporais evidenciam, mais uma vez, a iterabilidade de abordagens policiais calcadas em ideologias e hegemonias racistas.

Mesmo com uma possível diminuição das violências no decorrer da vida desse sujeito, ele reitera, através do circunstanciador quantitativo “um pouco”, que ainda é alvo da violência racial, cujo “padrão de perseguição” é estabelecido a partir de características estigmatizadas pela branquitude, tendo a “identidade negra” como o principal marcador discriminatório sendo potencializado por outros marcadores, por exemplo a “pertença de classe social ou territorial, bem como o perfil etário. Neste cenário, jovens negros, pobres e moradores de áreas favelizadas se encontram entre os grupos mais vulneráveis às ditas práticas” (Anunciação; Trad e Ferreira, 2020, p. 3). A partir dessa estigmatização, esses corpos são reprimidos e coibidos pelos poderes estatal e institucional, reproduzindo estruturas de opressão e de violência historicamente constituídos e legitimados pelas elites brancas.

Além das características físicas, podemos perceber que os elementos estéticos que fazem parte do corpo negro também são estigmatizados, tornando-se também marcadores discriminatórios, de acordo com o relato 4:

4. ***Tomei dura a vida inteira... piorou Qnd usava dreadlocks é só diminuiu Qnd cortei o cabelo e a barba ficou grisalha.***

Nesse excerto, tanto a juventude quanto a velhice são relatadas a partir da descrição de características estéticas fortemente marcadas por uma identidade racial: “dreadlocks”, na juventude, e o grisalho, na velhice. Segundo Silva (2020), falar do cabelo negro é uma atitude polêmica, pois significa falar sobre

“Sociabilidades marcadas por corporeidades menosprezadas” e sobre ditaduras brancas e eurocêntricas que investem “na colonização de ‘outros’, impondo sua cultura imperial”; que subalternizam aquilo “que escapa de sua métrica”; que sufocam “resistências”; e que expropriam “os outros de si mesmos”, condicionando os negros, principalmente os jovens negros, à subalternização física, “material e simbólica” (Silva, 2020, p. 21) através da criação de representações e da violência por parte dos policiais no momento da abordagem, reproduzindo violências culturais e históricas. Além disso, o circunstanciador “a vida inteira” marca a iterabilidade das ações policiais, fazendo com que o relato individual comprove a prática como institucional.

Desse modo, o corpo negro torna-se um signo social violentado, com maior ou menor incidência de acordo com a faixa etária e com os elementos que a sinaliza. De acordo com Nogueira (1998), ao passo que as estruturas sociais se reproduzem no corpo humano, analisar corpos negros violentados significa revelar estruturas de repressão, de violência e de morte que se sustentam, entre outras coisas, pela imposição de padrões racistas e pelos poderes institucional e estatal.

(iii) A relação direta entre pessoas negras e criminalidade a partir do lugar

Por fim, analisaremos a influência do ambiente sobre a incidência de abordagens e sobre a gradatividade das ações violentas, sustentando que elementos extrínsecos ao corpo também são capazes de determinar ações policiais racistas, conforme relatos 5 e 6, respectivamente:

5. *Como eu já sofri com essas abordagens. Teve uma vez em Copacabana onde estava passando férias, fui parado e o policial desceu do camburão (na época) pediu meus documentos, perguntou o que eu estava fazendo ali. O outro de dentro do carro gritou: “vamos dar uma volta com ele.”*

Nesse relato, o sujeito que sofre a ação policial deixa explícito o circunstanciador “em Copacabana”, modificando o processo material “parado”. Com isso, marca o lugar como uma justificativa para a abordagem. Isso fica evidente na fala relatada do policial a partir do processo verbal “perguntou”, no qual o dizente “policial” estabelece uma passagem dialógica que exerce intimidação e violência sobre o corpo negro violentado através do poder do Estado. Em outras palavras, o questionamento do policial revela uma estranheza de um corpo negro que circula em um bairro de elite marcadamente branca e de classe média. Aqui, mais uma vez, a iterabilidade é instanciada pelo item lexical “já”, escolha linguístico-discursiva para comprovar a historicidade das ações violentas de policiais sobre os corpos negros.

De acordo com Pinc (2014, p. 36), a circulação de corpos negros em ambientes socialmente e economicamente determinados para brancos faz com que sejam vítimas da “fundada suspeita”, situação invasiva quando o policial toma a decisão da abordagem baseada em seu poder “discricionário e baseada na situação”, aqui firmada no lugar em que se encontra o corpo negro.

No relato a seguir, o lugar não só determina a incidência de ações policiais racistas, mas também o grau de violência:

6. *Eu fui parado e revistado e acredito é uma policial colocou a arma perto do meu ouvido e deu um tiro, eu q estava com uma tala na perna q tinha se machucado dias antes, mandaram eu e meus amigos a correr sem olhar pra traz ,esse dia achei q ia morrer estávamos vindo de um show não tínhamos drogas nem armas ,Polícia pra quem presisa de.policia acho q **não assassinaram agente** aquele dia porque **não estávamos na periferia estávamos perto do estádio do Pacaembu** tinham muitas câmeras ali, na periféria na madrugada tem muitos assassinos armados uniformizados e a maioria drogados porque já fui abordado por Polícia totalmente loco de cocaína com o nariz todo branco de pó*

Nesse relato, além dos marcadores temporais que marcam a iterabilidade, percebemos mais uma situação de violência mediada pelo ambiente (Pinc, 2014). O relatante, por meio dos circunstanciadores “estávamos perto do estádio do Pacaembu” e “não estávamos na periferia”, demonstra que existem, de fato, lugares onde tratamentos mais ou menos violentos são dados às pessoas negras. Ou seja: possivelmente, em lugares mais distantes dos olhares da sociedade branca — onde o Estado atua com segurança e sem repressão à branquitude —, as violências policiais sobre os corpos negros são mais arbitrárias, menos vigiadas e mais intensas.

Por fim, através do processo material “assassinaram” vemos a proporção que a violência toma em lugares mais distantes dos centros econômico e social das cidades, explicitando uma denúncia contra os poderes repressivos do Estado. Sobre isso, Pinc (2014, p. 46) afirma que “as características do ambiente urbano e os índices criminais do local do encontro [abordagem] também podem agregar significado para a construção da fundada suspeita” e também para definir a maneira pela qual o poder do Estado atua de forma mais ou menos violenta e mortífera.

Reflexões finais

Nossa análise considerou três categorias macrossemânticas: a relação direta entre pessoas negras e criminalidade a partir da posse, da geração e do lugar. Diante disso e para atingirmos os objetivos da pesquisa, analisamos as representações sobre corpos negros criadas por policiais no momento das abordagens, as quais, associadas à identidade racial, potencializam a filtragem racial quando se pretende criminalizar pessoas, fazendo com que os negros sejam vítimas da fundada suspeita e da arbitrariedade do poder policial. Fizemos essa análise tendo em vista a historicidade das relações entre escravidão, racismo e iterabilidade das violências raciais; da discussão da conjuntura para a produção da #PorQueEu?; da identificação e análise de temas recorrentes nos eventos discursivos; e da descrição, interpretação e explanação sobre ideologias e hegemonias presentes nos relatos.

Percebemos, primeiramente, a importância de movimentos sociais *online* para os processos de contestação, desnaturalização e desarticulação das estruturas sociais, culturais e políticas que legitimam o racismo como prática social, a partir

da mobilização coletiva em redes sociais. Em segundo lugar, a partir das escolhas lexicogramaticais presentes nos relatos, observamos que são criadas representações sobre pessoas negras que motivam e potencializam as ocorrências de ações e abordagens policiais, cuja frequência e cujo grau dependem, necessariamente, de acordo com este trabalho, da posse de bens materiais, da faixa etária, das características estéticas e do lugar do encontro, corroborando que fatores sociais, culturais, históricos, intrínsecos e extrínsecos ao corpo promovem relações de dominação entre negros e policiais, entre sujeitos e o Estado, cristalizando estruturas e complexos hegemônicos.

Além disso, podemos elencar outras possibilidades de análise que não foram contempladas neste trabalho, tais como as estratégias de resistência relatadas nos eventos discursivos coletados, as relações entre criminalidade e gênero, as interseccionalidades presentes nos relatos, reações sociodiscursivas de apreciação ou depreciação da campanha... Enfim, outras tantas oportunidades temáticas e categóricas de análise para trabalhos futuros.

Não obstante, também não deixamos de contribuir de alguma forma para o desenvolvimento dos estudos da Teoria Social do Discurso; para as reflexões sobre o racismo estrutural e institucional e suas práticas; para o exercício da análise crítica, que deve ser feita cotidianamente em relação a todas as esferas, eventos, estruturas e práticas sociais, as quais nos revelam mais ou menos explicitamente relações de poder, injustiças sociais e desigualdades.

Diante disso, este trabalho é um passo para a discussão do racismo na sociedade e nas instituições, e, considerando o racismo como preconceito estrutural, defendemos que deve ser combatido, desnaturalizado e desarticulado pela sociedade e pelas instituições constantemente, até atingirmos o grau máximo da mudança social.

Referências

ALCÂNTARA, Lívia Moreira de. Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*, Florianópolis -SC, vol. 15, n. 34, p. 315-338, 2016.

ALCÂNTARA, Lívia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, 2015.

ANUNCIACÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo, violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 1-13, 2020.

BERMÚDEZ, Ana Carla. *Analfabetismo entre negros é quase o triplo que entre brancos*. UOL, São Paulo, 15 de jul. de 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/15/analfabetismo-entre-negros-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-entre-brancos.htm>. Acesso em: 02 mar. 2022.

BHASKAR, Roy. Philosophy and scientific realism. In: ARCHER, M. et al. (Org.). *Critical Realism: essential readings*. London: New York: Routledge, 1998. p. 16- 47.

CALAZANS, Márcia Esteves de. *et al.* Criminologia crítica e questão racial. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, Salvador-BA, n. 238, p. 450-463, 2016.

CARVALHO, Alexandra Bittencourt de. *Representações de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas*. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da Internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MOTA, Eloah; DAMASCENO, Edilana. *Por que eles?* Data_Labe, Rio de Janeiro, 18 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://datalabe.org/por-que-eles/>>. Acesso em: 20 maio 2021.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006. p. 97-115.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. (Org.) Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2016 [1992].

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 01 março 2022.

GOMES, Maria Carmen Aires; CARVALHO, Alexandra Bittencourt de. “Não podem ser negras e gordas”: analisando a violência verbal em reações sociodiscursivas produzidas por leitores/as em contextos jornalísticos digitais brasileiros. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 28, n. 4, p. 1667-1695, 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MALDONADO-TORRES, N. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 27-54.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução de Marta Lança. 1 ed. Lisboa: Antígona, 2017.

NEDER, Vinícius. *Diferença na taxa de desemprego entre pretos e brancos é a maior desde 2012*. UOL, Rio de Janeiro, 28 de ago. de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/28/desemprego-entre-negros-e-71percent-maior-do-que-entre-brancos-mostra-ibge.ghtml>. Acesso em: 05 março 2022.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. 1998. 146 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PINC, Tânia. Por que o policial aborda?: um estudo empírico sobre a fundada suspeita. *Confluências: revista interdisciplinar de Sociologia e Direito*, Niterói-RJ, vol. 16, n. 3, p. 34-59, 2014.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V.C.V.S. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, 2004.

RIBEIRO, Samuel de Sá. Análise discursivo-crítica de relatos de homens trans em práticas socioescolares de Viçosa-MG. 2020. 238 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In. MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-67.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Celia Regina Reis. Cabelo crespo, corpo negro na luta cultural por representação afirmativa da identidade negra. *Revista Eletrônica Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 10, n. 19, p. 19-32, 2020.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAVARES, Raylton Carlos de Lima; RESENDE, Viviane de Melo. Da necessária coerência entre ontologia, epistemologia e metodologia: contribuição em estudos críticos do discurso. *Revista DisSoL-Discurso, Sociedade e Linguagem*, Pouso Alegre, ano VI, n. 13, p. 82-96, 2021.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VIEIRA, V.; RESENDE, V.M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.

Para citar este artigo

OLIVEIRA, Hellyel Fontes; CARVALHO, Alexandra Bittencourt de. “#PorQueEu?”: análise discursiva-crítica de representações racistas orientadoras de abordagens policiais. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 12, n. 2, p. 25-43, maio-ago. 2023.

Autoria

Hellyel Fontes Oliveira é graduado em Letras-Português (2022) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), com período sanduíche na Universidade de Coimbra (Portugal) (2018-2019) como bolsista da CAPES. É membro do Grupo de

estudos AFECTO (Abordagens Faircloughianas para Estudos sobre Corpo/Discorso Textualmente Orientados). Atualmente, atua como gestor público municipal. E-mail: hellyel7056@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2563-4777>.

Alexandra Bittencourt de Carvalho é doutoranda em Linguística do Texto e do Discurso, do programa de Pós-graduação em Linguística - POSLIN/UFMG; membra do grupo de estudos Afecto- Abordagens Faircloughianas de estudos sobre corpo-discurso textualmente orientados; professora de Linguagens do Ensino Médio. E-mail: alexandraportugues@yahoo.com.br; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3159-2021>.